

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2026.

No dia 16 de setembro de 2026 reuniram-se, às 14h00min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Eugenio Mozart, presidente do Conselho Fiscal, Daniel Vieira Diretor-Presidente do IPREM e a Diretora de Finanças, Evelyn de Sousa Faria. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação à Riza Asset**
- 2) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 3) Apresentação das Receitas e Despesas de Julho/2026;**
- 4) Apresentação do cenário econômico;**
- 5) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM;**

Quanto ao item 1: Na sequência, foi realizada apresentação pelos gestores e responsáveis pela área de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da Riza Asset, relacionada ao Fundo Riza Tavros. Participaram da exposição Gian Pacifico, responsável pelo relacionamento com RPPS, Bernardo, responsável pela apresentação do cenário macroeconômico, e Felipe, responsável pela exposição relativa ao mercado de renda variável e à estratégia do Fundo. Inicialmente, Gian Pacifico realizou apresentação institucional da Riza Asset, expondo os principais números da gestora. Informou que a instituição possui aproximadamente R\$ 26,7 bilhões sob gestão, distribuídos em 23 fundos, com mais de 750 mil cotistas, 85 funcionários e nove núcleos de gestão estruturados sob CNPJs próprios. Segundo apresentado, as áreas de atuação estão distribuídas entre renda fixa, fundos imobiliários, agronegócio, crédito estruturado, multimercado, infraestrutura, renda variável e participações. Foi informado, ainda, que a instituição possui aproximadamente seis anos e meio de atuação. Na sequência, foram apresentados os sócios fundadores da gestora — Daniel Lemos, Renato Jerusalem e Paulo Mesquita —, bem como o propósito institucional e os principais pilares da organização, entre os quais foram destacados o desenvolvimento de talentos, o uso de tecnologia e a busca por uma cultura de excelência. Posteriormente, Bernardo apresentou análise do cenário macroeconômico, iniciando pelo ambiente internacional. Foram exibidos gráficos relativos às taxas de juros de títulos públicos de dez anos das principais economias, à curva futura dos preços do petróleo, à relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto – PIB em diferentes países e ao denominado “crack spread 3-2-1”. Foi esclarecido que o crack spread constitui uma medida da diferença entre o custo do petróleo bruto e o valor dos principais produtos derivados obtidos em seu refino, sendo utilizado como uma referência das margens econômicas das refinarias. Na fórmula “3-2-1”, considera-se, de forma simplificada, o processamento de três unidades de petróleo para obtenção de duas unidades de gasolina e uma de destilados, como óleo diesel. Ao tratar da



trajetória da dívida pública em relação ao PIB, o expositor mencionou o impacto de políticas de expansão de benefícios sociais sobre as expectativas fiscais e afirmou que preocupações relacionadas à sustentabilidade das contas públicas passaram a exercer influência relevante sobre os prêmios de risco exigidos pelos investidores. Também foram abordados os efeitos dos conflitos envolvendo Irã e Ucrânia sobre os mercados de energia. Segundo a apresentação, a elevação dos preços do petróleo e de seus derivados tende a produzir pressões inflacionárias, sobretudo por meio de combustíveis, transporte, energia e custos de produção, circunstância que pode elevar os prêmios de risco das economias em ambientes de maior incerteza. Nesse contexto, foi apresentado um cenário internacional caracterizado por inflação ainda relevante e menor disponibilidade relativa de liquidez, isto é, de recursos financeiros disponíveis para investimentos e crédito. Bernardo também apresentou gráficos relacionados aos investimentos em inteligência artificial, ao Consumer Price Index – CPI dos Estados Unidos, índice utilizado para medir a inflação ao consumidor norte-americano; à variação do Non-Farm Payroll, relatório mensal que mede a criação ou redução de postos de trabalho nos Estados Unidos, excetuados, entre outros segmentos específicos, os empregos agrícolas; e à Fed Funds Rate, taxa básica de juros definida pelo Federal Reserve – FED, banco central norte-americano. Segundo o expositor, o elevado volume de investimentos realizados por grandes empresas na área de inteligência artificial tem ampliado a demanda por recursos no mercado de capitais, fazendo com que os títulos do Tesouro norte-americano disputem recursos com as emissões privadas realizadas pelas empresas. Afirmou que esse processo contribuiu para a manutenção de taxas de juros mais elevadas nos mercados de longo prazo. Também foram abordados os efeitos da política de deportação e da redução do contingente de imigrantes sobre a oferta de mão de obra nos Estados Unidos. Segundo a apresentação, mesmo diante da redução da força de trabalho disponível, o mercado de trabalho permaneceu aquecido. Foram apresentados, ainda, gráficos referentes às expectativas do mercado para a trajetória futura dos juros norte-americanos, destacando-se uma mudança relevante nas expectativas anteriormente predominantes quanto à velocidade e à intensidade de eventuais cortes das taxas de juros. Ao tratar do cenário brasileiro, o expositor abordou inicialmente o processo eleitoral. Foram apresentados dados provenientes do Polymarket — plataforma de mercado de previsões na qual participantes negociam contratos relacionados à probabilidade percebida de ocorrência de determinados eventos —, além de pesquisas de opinião relativas à aprovação do Presidente da República e às intenções de voto. Bernardo afirmou que, segundo os indicadores apresentados naquele momento, a campanha de Flávio Bolsonaro vinha ganhando impulso e que teria ocorrido melhora de sua posição relativa no cenário eleitoral. Também foram discutidas a aprovação de governantes no exercício do mandato, a evolução recente da aprovação presidencial e suas possíveis repercussões sobre as expectativas dos agentes econômicos. Na sequência, foram apresentados indicadores relativos ao grau de endividamento das famílias brasileiras e ao comprometimento de renda com o pagamento de dívidas. O expositor relacionou tais indicadores a uma possível saturação da expansão da economia por meio do crédito. Foram apresentados, ainda, dados do Boletim



Focus relativos às expectativas de inflação, além de indicadores de inadimplência e de evolução do crédito. Segundo Bernardo, diante desse quadro, poderiam ser considerados dois caminhos principais: permitir uma desaceleração gradual e natural da atividade econômica, em razão das condições monetárias e financeiras já existentes, ou implementar novos estímulos à demanda. Ressaltou que estímulos adicionais, sobretudo em uma economia próxima aos seus limites de capacidade ou com inflação resistente, podem produzir novas pressões inflacionárias e contribuir para a manutenção de taxas de juros elevadas. Posteriormente, Felipe apresentou o cenário de renda variável. Foram exibidos gráficos referentes ao valuation do Ibovespa, isto é, à avaliação relativa dos preços das ações que integram o principal índice da Bolsa brasileira em comparação com indicadores como lucros esperados, patrimônio e médias históricas; à captação dos Fundos de Investimento em Ações – FIAs; ao fluxo de recursos de investidores estrangeiros para a Bolsa brasileira; e às projeções do mercado para a taxa Selic. Felipe afirmou que parte relevante da valorização do Ibovespa observada ao longo de 2025 e 2026 esteve associada à entrada de capital estrangeiro no mercado brasileiro, ressaltando, entretanto, que a valorização teria se concentrado em número relativamente reduzido de ativos, não se distribuindo uniformemente entre todas as empresas e setores voltados à economia doméstica. Na sequência, foram apresentados os principais números do Fundo Riza Tavros e o seu desempenho histórico. O expositor destacou que a estratégia busca apresentar comportamento menos correlacionado com a média da indústria de fundos de ações e menor volatilidade, isto é, menor intensidade nas oscilações do valor das cotas ao longo do tempo. Foi explicado que o Fundo utiliza operações de hedge por meio da venda de contratos futuros de índices. O hedge consiste em uma estratégia de proteção destinada a reduzir os efeitos negativos de movimentos adversos do mercado sobre a carteira. Dessa forma, mesmo mantendo posições compradas em ações, o Fundo pode vender contratos futuros do índice para diminuir sua exposição líquida ao mercado. Foi informado que a exposição líquida do Fundo é inferior a 90% e que a estratégia é classificada como “long biased”. Tal expressão designa fundos que mantêm, de forma predominante, posições compradas em ações — beneficiando-se, portanto, de cenários de valorização da Bolsa —, mas possuem liberdade para utilizar posições vendidas e instrumentos de proteção com o objetivo de reduzir a exposição e controlar riscos. Segundo apresentado, a exposição ao mercado de ações costuma situar-se aproximadamente entre 70% e 80%, podendo variar conforme a avaliação da equipe gestora.

Felipe destacou o desempenho das estratégias com derivativos e afirmou que o Fundo obteve resultados positivos em suas operações de hedge. Foi apresentado gráfico destinado a demonstrar o funcionamento do denominado “hedge ativo”, estratégia na qual a intensidade da proteção é ajustada pela equipe gestora conforme sua leitura das condições de mercado. Segundo o expositor, em período no qual o Ibovespa apresentou forte valorização, a equipe reduziu a exposição líquida da carteira. Posteriormente, diante de movimento de realização de lucros da Bolsa após o índice atingir aproximadamente 195 mil pontos, a redução prévia da



exposição teria contribuído positivamente para o desempenho relativo do Fundo. O expositor avaliou, portanto, que a estratégia de proteção adotada naquele momento se mostrou adequada ao movimento subsequente do mercado. Foram apresentados, ainda, gráficos referentes à evolução histórica da alocação da carteira, distribuída entre categorias denominadas “bond proxy”, “domestic”, “USD denominated”, “index” e “banks”. Foi esclarecido que “bond proxy” corresponde, em linhas gerais, a ações de empresas cuja geração de caixa e distribuição de dividendos apresentam características que fazem com que sejam utilizadas, em determinadas estratégias, como alternativas ou aproximações de ativos de renda fixa; “domestic” refere-se a empresas mais diretamente expostas à atividade econômica brasileira; “USD denominated”, a ativos ou empresas cuja geração de receitas possui maior vinculação ao dólar; “index”, às exposições realizadas por meio de índices de mercado; e “banks”, ao setor bancário. Também foi apresentado gráfico de decomposição da performance, destinado a identificar a contribuição de cada posição, setor ou estratégia para o resultado total do Fundo. Ao final da exposição, Daniel questionou os representantes acerca dos possíveis efeitos do cenário eleitoral sobre o mercado financeiro, perguntando se um cenário em que Flávio Bolsonaro encerrasse o primeiro turno à frente dos demais candidatos poderia ser considerado favorável, no curto prazo, à Bolsa brasileira e ao fechamento da curva de juros. Esclarece-se que “fechamento da curva” é expressão utilizada no mercado financeiro para indicar a redução das taxas de juros negociadas para diferentes vencimentos futuros dos títulos e contratos de juros. Em resposta, Bernardo afirmou que, segundo a leitura da gestora naquele momento e considerando a percepção corrente dos agentes de mercado, tal cenário poderia produzir reação positiva de curto prazo nos preços dos ativos brasileiros. A manifestação foi apresentada como avaliação de mercado da equipe da gestora, sujeita às mudanças das condições políticas, econômicas e financeiras. Na sequência, Pedro Lima apresentou estudo de caso envolvendo a empresa Vivara, com o objetivo de exemplificar, na prática, os critérios utilizados pela gestora na análise e seleção de investimentos em renda variável. Inicialmente, foram apresentados os principais pilares do processo de investimento. Entre os critérios considerados, destacou-se a busca por empresas que apresentem modelo de negócios com vantagem competitiva sustentável e possibilidade de crescimento em escala. Nesse contexto, foi explicado que negócios escaláveis são aqueles capazes de ampliar receitas e operações sem que os custos aumentem na mesma proporção, favorecendo a expansão das margens e da rentabilidade ao longo do tempo. Também foi destacada a importância da existência de barreiras à entrada de novos concorrentes e da atuação em setores com características oligopolizadas. As barreiras à entrada podem decorrer, entre outros fatores, de marca consolidada, escala de operação, necessidade elevada de capital, tecnologia, rede de distribuição, regulação ou fidelização dos consumidores. Já um setor oligopolizado caracteriza-se pela concentração da atividade econômica em número relativamente reduzido de empresas, circunstância que pode conferir maior poder competitivo e capacidade de preservação de margens às companhias bem posicionadas. Outro indicador considerado relevante no processo de análise é o ROIC — Return on Invested Capital, ou



Retorno sobre o Capital Investido. O indicador busca medir a capacidade da empresa de gerar retorno a partir do capital empregado em suas atividades operacionais. De forma geral, um ROIC elevado e sustentável pode indicar maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis e maior capacidade de geração de valor para os acionistas. Foi abordado, ainda, o conceito de valor intrínseco, entendido como uma estimativa do valor econômico de uma empresa com base em seus fundamentos, perspectivas de geração futura de caixa, riscos e demais características do negócio, independentemente da cotação momentânea de suas ações no mercado. Relacionado a esse conceito, foi mencionada a margem de segurança — Margin of Safety (MoS) —, que corresponde à diferença entre o valor intrínseco estimado pela equipe de análise e o preço pelo qual o ativo é negociado no mercado. Em linhas gerais, quanto maior a margem de segurança identificada, maior seria, segundo essa metodologia, a proteção do investimento diante de eventuais erros de estimativa ou oscilações desfavoráveis de mercado. Entre os demais pilares apresentados, Pedro Lima ressaltou a importância de uma alocação de capital eficiente por parte da administração da companhia. O conceito refere-se à forma como os gestores utilizam os recursos gerados pelo negócio, avaliando decisões como reinvestimento nas próprias operações, expansão, aquisições, pagamento de dividendos, recompra de ações ou redução de endividamento. Segundo a metodologia apresentada, a capacidade da administração de direcionar o capital para alternativas que apresentem melhor relação entre risco e retorno constitui fator relevante para a criação de valor no longo prazo. Foi destacada, ainda, a necessidade de avaliação da qualidade do management, termo utilizado para designar a administração da companhia. Nesse aspecto, a gestora procura identificar equipes de gestão consideradas competentes, com histórico consistente de execução, disciplina na tomada de decisões e alinhamento de interesses com os acionistas. O referido alinhamento pode decorrer, por exemplo, da participação relevante dos administradores no capital da empresa ou de mecanismos de remuneração vinculados à criação de valor no longo prazo. Posteriormente, foi apresentada a denominada Metodologia 3M, estruturada a partir da análise conjunta de três dimensões: Macro, Micro e Momentum. O componente “Macro” considera fatores macroeconômicos capazes de influenciar o desempenho da empresa ou de determinado setor, tais como inflação, juros, câmbio, crescimento econômico, condições de crédito e ambiente regulatório. O componente “Micro” concentra-se na análise dos fundamentos específicos da companhia, envolvendo modelo de negócios, estrutura competitiva, rentabilidade, endividamento, geração de caixa, governança e qualidade da gestão. Por fim, o componente “Momentum” avalia o comportamento recente do ativo e a evolução das expectativas do mercado, buscando identificar tendências, revisões de resultados, mudanças de percepção dos investidores e outros elementos que possam afetar o desempenho da ação no curto e médio prazos. Na sequência, Pedro Lima detalhou as diferentes etapas do processo de investimento adotado pela gestora. A primeira etapa consiste na geração de ideias, momento em que são identificadas empresas ou ativos potencialmente interessantes para análise. Posteriormente, é realizada a denominada “Análise de Investimento I”, que corresponde a uma avaliação inicial dos fundamentos da companhia, de



sua posição competitiva e das principais características do negócio. Na etapa denominada “Análise de Investimento II”, é realizado aprofundamento dos estudos, com análise mais detalhada das demonstrações financeiras, projeções de resultados, estimativas de valor, riscos, concorrência, governança, qualidade da gestão e demais fatores considerados relevantes. Concluídas as etapas de análise, o investimento é submetido ao processo de decisão, no qual são avaliados, entre outros aspectos, a atratividade do ativo, a margem de segurança existente, os riscos envolvidos, o tamanho adequado da posição e sua compatibilidade com a estratégia global da carteira. Por fim, foi destacado que o processo não se encerra com a aquisição do ativo. Após a realização do investimento, inicia-se a etapa de monitoramento contínuo, destinada a acompanhar a evolução dos resultados da empresa, suas condições competitivas, eventuais alterações nas premissas originalmente consideradas e mudanças no ambiente macroeconômico e de mercado. O acompanhamento permanente busca verificar se a tese de investimento permanece válida ou se surgiram elementos que justifiquem aumento, redução ou encerramento da posição. O estudo de caso da Vivara foi utilizado ao longo da exposição para exemplificar a aplicação prática desses critérios e etapas do processo de investimento.

Quanto ao item 2: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a agosto. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal de R\$ 4.801.383,70, no percentual de 0,93%. A rentabilidade acumulada no ano é de R\$ 33.242.160,87, equivalente ao percentual de 6,79%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 250.614,73 representando o percentual de -1,46%. A rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 6.815.240,45 no percentual de -28,71%. Na **carteira total**, no mês de agosto, o resultado foi de R\$ 4.550.768,97, equivalente ao percentual de 0,86%. A rentabilidade anual é de R\$ 26.426.920,42, equivalente ao percentual de 5,15%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 5.272/2025, porém há 5 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 3: Quanto ao item 3: A Diretora de Contabilidade Interina encaminhou as informações referentes às Receitas previdenciárias recebidas e as Despesas previdenciárias pagas referentes ao mês de agosto de 2026, que foram apresentadas conforme segue: No mês 08/2026 podemos analisar o relatório de demonstrativo das receitas, onde as receitas totais previdenciárias somaram R\$16.683.954,13, sendo, contribuições PMPA: R\$7.735.613,92 (18000001111); contribuições CMPA: R\$352.654,88 (18000001121); contribuições IPREM: R\$60.507,77 (18000001111); contribuições IPREM DESCONGELA: R\$45.68,02 (18000001111); COMPREV: R\$370.980,16 (18000000000); Contribuição Inativos: R\$42.754,56 (18000001111) e R\$13.227,00 (18000001121); Contribuição Pensionistas: R\$332,95 (18000001111); LSV + Parcelamento LSV: R\$4.441,22 (18000000000), Aluguel do Terreno: R\$16.210,00 (18000000000); Resgate Total de Fundos: R\$485.900,20



(180000000000), que compreendem os seguintes fundos e respectivos valores: BCO CEF – FIC Expert PIMCO Income MM LP, com R\$ 230.298,73; BCO CEF – Caixa FI Aliança Títulos Públicos RF, com R\$ 164.277,04; e BCO Banco do Brasil – MM BRL Oaktree Cred, com R\$ 91.324,43; Vencimento de NTN-B: R\$2.297.663,41 (180000000000); Cupons NTN-B: R\$5.257.867,50 (180000000000) e Restituições: R\$182,54 (18000001111). E conforme o relatório de consolidação geral da despesa, as despesas totais previdenciárias do mês 08/2026 atingiram o montante de R\$8.855.646,28, com destaque para: Aposentadorias: R\$7.858.065,41 (18000001111) e R\$184.086,16 (18000001121); Pensões: R\$812.643,56 (18000001111) e COMPREV: R\$851,15 (18000001111). Podemos chegar a conclusão que no mês 08/2026 ocorreu um déficit frente a receita de contribuição total versus pagamento de benefícios no montante de -R\$660.400,54, e um superávit entre a receita total versus a despesa total no valor de R\$7.828.307,85.

Quanto ao item 4: Com base no *Boletim RPPS – Setembro de 2026*, elaborado pela CAIXA Asset, que contém análise dos cenários macroeconômicos internacional e doméstico, comentários sobre os mercados de renda fixa e renda variável, informações sobre produtos de investimento destinados aos RPPS e composição do portfólio da gestora. No cenário internacional, o boletim destacou a manutenção de juros elevados nas principais economias. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve manteve a taxa básica no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano, diante de inflação ainda acima do desejado e de riscos relacionados ao choque de energia e ao elevado volume de investimentos em inteligência artificial. A economia norte-americana apresentou sinais mistos de atividade e mercado de trabalho. Na Zona do Euro, a inflação permaneceu pressionada, especialmente pelos preços de energia, levando o Banco Central Europeu a manter postura monetária restritiva. Na China, as taxas de referência foram mantidas, em contexto de desaceleração econômica, enfraquecimento do consumo e do crédito e dificuldades no mercado imobiliário. O documento também ressaltou os impactos dos conflitos geopolíticos sobre o preço do petróleo e sobre as perspectivas inflacionárias globais. Quanto ao cenário brasileiro, foram registrados sinais de moderação da atividade econômica combinados com melhora do quadro inflacionário. O IPCA apresentou deflação de 0,32% em agosto, reduzindo a inflação acumulada em doze meses para 4,22%, com contribuição relevante da queda dos preços administrados, especialmente da energia elétrica. O mercado de trabalho permaneceu aquecido, com taxa de desemprego de 5,3% e crescimento da renda média. No campo fiscal, embora tenha sido registrado superávit primário mensal, o boletim destacou a manutenção de desafios relacionados à trajetória do endividamento público. Em relação à política monetária e ao mercado de renda fixa, o documento registrou a redução da taxa Selic para 14,00% ao ano e indicou expectativa de continuidade gradual do processo de flexibilização monetária, condicionada ao comportamento da inflação, da atividade econômica e das expectativas. Foi observado fechamento das taxas de juros nos vencimentos mais curtos e movimento distinto nos prazos mais longos, enquanto os índices de renda fixa da ANBIMA, em sua maioria, apresentaram



desempenho superior ao CDI no período. A avaliação da CAIXA Asset permaneceu construtiva para a renda fixa, especialmente diante da perspectiva de desaceleração da atividade e de convergência gradual da inflação. No mercado de renda variável, o Ibovespa encerrou agosto com leve queda de 0,33%, aos 177.419 pontos, acumulando valorização de 10,1% no ano. O boletim atribuiu o desempenho do período às incertezas fiscais e eleitorais, à saída de investidores estrangeiros e à volatilidade externa, embora tenham contribuído positivamente a desaceleração da inflação e o ciclo de redução da Selic. Para os meses seguintes, a gestora avaliou que o mercado acionário brasileiro permanecia com múltiplos considerados atrativos, porém sujeito a elevada volatilidade, recomendando seletividade e preferência por empresas com geração consistente de caixa, estrutura de capital saudável e capacidade sustentável de crescimento. O boletim também apresentou análise didática sobre a aparente coexistência de petróleo em patamares elevados e desaceleração da inflação brasileira. Foi explicado que o impacto do petróleo sobre o IPCA depende de fatores como taxa de câmbio, política de preços dos combustíveis, custos de refino e distribuição, tributação e grau de repasse aos consumidores. A queda de outros componentes, como energia elétrica e alimentos, e a desaceleração da atividade econômica podem compensar parcialmente as pressões provenientes do petróleo. Para os RPPS, o documento destacou que uma inflação mensal mais baixa não elimina os riscos inflacionários e reforçou a importância da diversificação entre ativos pós-fixados, prefixados e indexados ao IPCA, observando-se o prazo dos passivos previdenciários e a política de investimentos de cada regime. Foi apresentado, ainda, o fundo CAIXA Brasil 2028 Sem Cupom TP FIF RF – Responsabilidade Limitada, cuja carteira é composta por títulos públicos federais indexados ao IPCA com vencimento em 2028. O produto foi apresentado como alternativa para fixação de taxa real até o vencimento, sem pagamentos intermediários de cupons e, consequentemente, sem necessidade de reinvestimento desses fluxos. O fundo possui taxa de administração de 0,06% ao ano, carência até 15 de agosto de 2028 e enquadramento no art. 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025. O material ressaltou sua possível utilização em estratégias de ALM (*Asset Liability Management*), isto é, de compatibilização dos investimentos com o horizonte e as obrigações futuras do regime previdenciário. Por fim, o boletim apresentou os portfólios de renda fixa e renda variável disponibilizados pela CAIXA Asset aos RPPS, além de informações institucionais e canais de relacionamento, ressaltando que o material possui caráter exclusivamente informativo e que as decisões de investimento devem observar os regulamentos dos fundos, os riscos envolvidos e a política de investimentos do respectivo RPPS.

Quanto ao item 5: Foram sugeridas as seguintes movimentações:

1. Resgate do fundo “BB Financeiro”, no valor de R\$ 1.000.000,00 e do fundo “BB Energia” no valor de R\$ 500.000,00 para aplicação no fundo “BB Referenciado DI TP”. Justificativa. Para fins de adequação da Política Anual de Investimentos – PAI referente ao



exercício de 2027, será considerado o estudo de ALM (*Asset Liability Management*), o qual indica a necessidade de redução da exposição da carteira a fundos de ações, buscando maior compatibilidade entre a alocação dos recursos e o perfil das obrigações previdenciárias do RPPS. **Risco de crédito:** Quanto ao **risco de crédito**, a aplicação no BB Referenciado DI TP apresenta risco reduzido, considerando a predominância de títulos públicos federais, cujo risco de crédito está associado à capacidade de pagamento da União. A movimentação, portanto, reduz a exposição a riscos específicos de emissores privados eventualmente presentes nos fundos de origem, embora não elimine integralmente o risco de crédito. **Risco de mercado:** Em relação ao **risco de mercado**, verificou-se redução relevante. Os fundos BB Financeiro e BB Energia, em razão de sua exposição setorial e às oscilações dos ativos de renda variável, encontram-se mais sujeitos à volatilidade dos preços, às condições específicas dos respectivos setores e às variações do mercado acionário. A transferência dos recursos para fundo referenciado DI tende a proporcionar maior estabilidade, menor volatilidade e maior aderência à variação das taxas de juros de curto prazo. Permanece, contudo, algum risco de mercado decorrente da marcação a mercado dos títulos integrantes da carteira, especialmente em situações de alterações relevantes na estrutura das taxas de juros. **Risco Operacional:** Quanto ao **risco operacional**, foi considerado baixo, por se tratar de movimentação realizada entre fundos administrados e/ou geridos por instituição financeira de grande porte e submetida à supervisão dos órgãos competentes. Permanecem os riscos inerentes aos processos de movimentação, liquidação, custódia, sistemas e controles internos, considerados reduzidos diante da estrutura operacional envolvida. **Risco Jurídico:** O **risco jurídico** foi igualmente considerado baixo, desde que a aplicação esteja devidamente enquadrada nos limites e segmentos autorizados pela legislação aplicável aos RPPS, especialmente pela **Resolução CMN nº 5.272/2025**, pela Política Anual de Investimentos do Regime e pelas demais normas internas pertinentes. A movimentação deverá permanecer acompanhada da verificação do regular credenciamento das instituições e dos fundos, bem como do atendimento aos requisitos regulamentares aplicáveis. **Risco Sistêmico:** Quanto ao **risco sistêmico**, avaliou-se como reduzido para a operação específica, sem prejuízo dos riscos inerentes ao sistema financeiro e ao ambiente macroeconômico. A maior exposição a títulos públicos e a ativos de elevada liquidez tende a proporcionar maior capacidade de preservação e movimentação dos recursos em períodos de estresse de mercado. Não obstante, alterações abruptas nas taxas de juros, deterioração das condições fiscais, crises de liquidez ou outros eventos de natureza sistêmica podem afetar, ainda que em intensidade distinta, os ativos integrantes da carteira. **A movimentação foi aprovada por unanimidade. // 2. Aplicação de R\$ 196.905,32, referente ao COMPREV, no fundo “Caixa Brasil Referenciado DI”. Justificativa:** justifica-se pela busca de rentabilidade compatível com as taxas de juros de curto prazo, elevada liquidez e preservação do capital, mantendo os recursos em investimento de perfil conservador e adequado às necessidades de caixa do RPPS. **Risco de crédito:** baixo, em razão da qualidade de crédito dos ativos integrantes da estratégia; **Risco de mercado:** baixo, embora permaneça sujeito às oscilações das taxas de juros e à



marcação a mercado; **Risco jurídico:** baixo, observados o enquadramento previsto na Resolução CMN nº 5.272/2025, a Política de Investimentos e o credenciamento das instituições envolvidas; **Risco operacional** baixo, relacionado principalmente aos procedimentos de aplicação, liquidação e controle da movimentação; **Risco sistêmico:** baixo, embora o investimento permaneça sujeito a eventuais impactos decorrentes de crises financeiras, alterações relevantes na política monetária ou deterioração das condições econômicas gerais. **A movimentação foi aprovada por unanimidade. // 3. O Instituto deverá pagar R\$ 851,15 de COMPREV, e os recursos serão resgatados do fundo “BB Perfil”. A movimentação foi aprovada por unanimidade.**



Assinado por DANIEL RIBEIRO
VIEIRA:***535496** Diretor
Presidente

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente



Assinado digitalmente por:
ANDRE ALBUQUERQUE OLIVEIRA
***.285.376-**
17/09/2026 13:16:54

Assinatura digital avançada.

André Albuquerque
Membro



Assinado eletronicamente por:
EUGENIO MOZART SILVA FILHO
***.363.376-**
Gerente do Dep. Patrimônio -
Mat - 13981-1

Assinatura digital avançada.

Eugenio Mozart
Membro



Assinado por EVELYN DE SOUSA
FARIA:***661446** Diretora de
Finanças e Arrecadação

Evelyn de Sousa Faria
Membro

